

O COMPLEXO AGROINDUSTRIAL E A ATUAÇÃO DAS COOPERATIVAS AGRÍCOLAS NO NORTE CENTRAL DO ESTADO DO PARANÁ^{1,2}

SERGIO FAJARDO³
DALTON AUREO MORO⁴

RESUMO: O trabalho consiste em um estudo da constituição do Complexo Agroindustrial, evidenciando a importância do cooperativismo agrícola e tendo como exemplo a mesorregião Geográfica do Norte Central do Paraná. Diante das intensas transformações ocorridas nas últimas décadas, uma nova realidade ordena as relações agricultura/indústria cada vez mais articuladas. Nesta integração, a atuação das cooperativas agrícolas no setor agroindustrial implica também em transformações no espaço regional.

PALAVRAS CHAVE: Complexo Agroindustrial, cooperativas agrícolas, Agronegócio, setor agroindustrial, integração agricultura/indústria, agroindústrias cooperativas.

THE AGRIBUSINESS AND ACTUATION OF THE RURAL COOPERATIVES IN CENTRAL NORTH OF PARANA STATE

ABSTRACT: This paper is a study of the agribusiness constitution of the which shows the importance of the rural cooperativism, having the geographic mesoregion Central North of Parana State as example. Because of great economic changings occurred in the last decades a new reality orders the relations agriculture and industry, more and more articulated between then. In integration, the performance of the rural cooperatives in the agroindustrial activities results in changings in regional space too.

KEYWORDS: agribusiness, rural cooperatives, agroindustrial activities, integration agriculture/industry.

1. INTRODUÇÃO

A nova configuração agrária brasileira, caracterizada por um intenso processo de modernização, acompanhado por inúmeras transformações relacionadas à articulação cada vez maior entre a agricultura e a indústria, a partir do final da década de 60, através de encadeamentos intersetoriais, estabelece um ritmo ao sistema econômico que teve de ser perseguido pelas cooperativas para sua própria sobrevivência. Tal situação levou à *agroindustrialização* de algumas cooperativas do Norte do Paraná.

Para adentrarem no processo de verticalização, através da agroindústria, as cooperativas encontraram o capital necessário na rede bancária (nos bancos de

¹ Artigo elaborado para Exame de Qualificação do curso de Pós-Graduação: Mestrado em Geografia da Universidade Estadual de Maringá.

² O Norte Central do Estado do Paraná identifica-se territorialmente com a mesorregião Geográfica Norte Central Paranaense definida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (1989, p.27).

³ Acadêmico de Pós-Graduação do Curso: Mestrado em Geografia da Universidade Estadual de Maringá-PR.

⁴ Docente do Departamento de Geografia - Universidade Estadual de Maringá, e do Programa de Pós-Graduação em Geografia.

desenvolvimento), por meio de crédito oficial a juros subsidiados, os recursos não faltaram⁴.

O Norte do Paraná, em especial a mesorregião norte central paranaense (Figura 1), uma região agrícola famosa no país devido sua potencialidade para ocupação agrícola (MORO, p.13), teve na cafeicultura a mola propulsora de sua ocupação econômica e demográfica. Porém, no final da década de 60, do século XX, esse quadro começa a alterar-se. A introdução de novas culturas já antecipava a onda de modernização agropecuária. "Em 1970, o Norte do Paraná assemelhava-se a uma colcha de retalhos, com lavouras diversificadas e pastagens ao lado do café em algumas áreas, em outras apenas café e pasto ou café e lavouras temporárias, em outras ainda, apenas lavouras temporárias, não estavam ausentes nem a "monocultura do gado", nem a do "café" (CANCIAN, 1981, P.140). A cafeicultura predominou até o "golpe final", a geada de 1975. As crises no mercado, as super-produções do café, já desde os anos 50 e 60 desestimulavam os produtores, esse fenômeno climático apenas antecipou uma erradicação geral em processo.



As cooperativas, sobretudo de cafeicultores, criadas por incentivo do governo (IBC) e representando uma saída aos produtores, atuaram como elementos de difusão da modernização agropecuária, estimulando e "provocando" a introdução de lavouras chamadas modernas, sobretudo a soja. A sua estrutura organizacional e relacionamento direto com os produtores facilitaram o papel das mesmas, que encontraram no Estado seu principal aliado.

A constituição do Complexo Agroindustrial no Paraná foi uma questão de tempo. A implantação de indústrias de insumos "modernos", substitutivas de importações com a

⁴ Apesar das facilidades encontradas pelas cooperativas no acesso a financiamentos oficiais subsidiados, objetivando o ingresso nas atividades agroindustriais, elas não tiveram exclusividade no acesso a este tipo de linha de crédito. Como pode ser observado em: INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - IPARDES (1985a, p.19-20) a capacidade de endividamento do setor também foi relevante.

criação de um mercado especializado ao longo do processo de modernização da agricultura, faz com que a dependência de máquinas e insumos torne-se cada vez mais ampla. Um novo impulso é dado às indústrias processadoras de produtos agrícolas (agroindústrias) e esses "dois conjuntos de indústrias, um a montante e outro a jusante da produção agrícola, é que compõem, com a agricultura, o complexo agroindustrial" (GUIMARÃES, 1979, p.134).

A agroindustrialização das cooperativas foi mais uma medida de fortalecimento das mesmas. Pois como afirma FLEURY (1983, p.143), estas estavam sujeitas às mesmas condições das empresas capitalistas. A cooperativa, inserida em uma sociedade capitalista e atuando no mercado, precisa assumir certos padrões de conduta que lhe assegurem alguma competitividade neste meio. Desta forma, a inserção no mercado projeta sobre a cooperativa uma de suas dimensões, levando-a a assumir uma aparência semelhante à empresa capitalista".

Numa visão geoeconômica, as cooperativas podem ser entendidas como fatores de transformação espacial, à medida que atuam em determinadas áreas de forma regionalizada, estabelecem também uma parcela de divisão do trabalho, colaborando para o arranjo territorial (local e regional) e para a definição (temporal) de uma certa dinâmica social, resultando numa ação no espaço. "A cada divisão do trabalho, muda o uso do território em virtude dos tipos de produção e das formas como se exercem as diversas instâncias de produção, exigindo novos objetos geográficos (casas, silos, etc...) e atribuindo valores novos aos objetos preexistentes." (SANTOS, 1997, p. 114-115). Este trabalho procura destacar a atuação das cooperativas agrícolas no segmento agroindustrial, apresentando o exemplo da mesorregião geográfica Norte Central Paranaense. Essa região possui onze cooperativas do tipo singular:

- Cooperativa dos Cafeicultores e Agropecuaristas de Maringá (COCAMAR);
- Cooperativa de Laticínios de Maringá (COLMAR);
- Cooperativa de Cafeicultores de Mandaguari (COCARI);
- Cooperativa de Laticínios de Mandaguari (COLARI);
- Cooperativa Agropecuária de Rolândia (COROL);
- Cooperativa Agropecuária Vale do Tibagi (VALCOOP);
- Cooperativa Agropecuária de Produção Integrada do Paraná (INTEGRADA);
- Cooperativa Agropecuária de Londrina (CATIVA);
- Cooperativa Agrícola de Astorga (COCAFE);
- Cooperativa Agropecuária dos Cafeicultores de Porecatu (COFERCATU);
- Cooperativa Agrícola dos Produtores de Cana do Vale do Ivaí (COPerval).

Entendendo o Complexo Agroindustrial (CAI) ou o Agribusiness num contexto do espaço como uma totalidade, representa não apenas uma categoria econômica, mas uma configuração dinâmica dos espaços agrário, industrial e financeiro, vistos de uma forma conjunta e integrada, sócio e economicamente, já não se pode mais pensar em uma relação campo-cidade, mas em uma integração entre as diversas atividades num espaço comum. Nesse sentido, temos o setor cooperativista atuando no CAI de forma particular. As cooperativas agropecuárias funcionam ao mesmo tempo como empresa e como entidade que unem uma relação de interesses recíprocos, representando ideais coletivistas dos associados. E o conjunto de cooperativas representa um segmento importante no contexto econômico. Assim podemos considerar as cooperativas como agentes de organização espacial, sendo o principal objetivo desse trabalho analisar a ação das cooperativas no Complexo Agroindustrial e no espaço regional. Para isso torna-se necessário analisar o referencial teórico existente.

2. COMPLEXO AGROINDUSTRIAL: ASPECTOS CONCEITUAIS

A noção de Complexo Agroindustrial⁵ serve para caracterizar uma tipologia marcada pelas relações intersetoriais indústria-agricultura-comércio-serviços num padrão agrário moderno, no qual o setor agropecuário passa a ser visto de maneira integrada à indústria.

Até a década de 50, do século XX, não havia uma palavra que designasse ou descrevesse o inter-relacionamento das funções afins à agricultura ou atividades com produtos agropecuários (armazenamento, processamento, industrialização) como ressaltava ARAÚJO (1990, p.238):

Os próprios americanos não a tinham até 1955. Foi neste ano que o prof. John Davis, em um trabalho apresentado no congresso de distribuição de produtos Agrícolas, em Boston, pronunciou, publicamente à palavra 'agribusiness' a 'a soma total de todas as operações envolvendo a produção e distribuição de insumos agrícolas; operações de produção na fazenda, armazenamento, processamento e distribuição de produtos agrícolas e dos produtos deles derivados? Assim, o 'agribusiness' abrangia, modernamente, todas as funções que o termo agricultura abrangia à época da agricultura tradicional.

Foi neste sentido que em 1958 John Davis e Ray Goldberg lançaram o livro: "*A Concept of Agribusiness*", baseado na hipótese de que os problemas relacionados com a atividade agrícola eram mais complexos que a atividade rural em si. Dessa forma ampliou-se o conceito de agricultura. "Em seu conjunto, o *agribusiness* é composto por vários subsistemas agroindustriais associados aos principais produtores. Entre os órgãos de coordenação destacam-se as firmas, as cooperativas, as associações de empresas e mesmo o mercado..." (SIFERT FILHO e FAVERET FILHO, 1998, p.266).

Mas a simples existência de agroindústria não configura haver um complexo agroindustrial. É necessário considerar alguns condicionantes econômicos que também são estruturais e temporais, ou seja, um nível elevado de relações entre diversos setores e atividades econômicas.

Entenda-se por Complexo Agroindustrial o conjunto de relações entre indústria e agricultura na fase em que esta mantém intensas conexões para trás, com a indústria para a agricultura e para frente, com as agroindústrias e outras unidades de intermediação que exercem impactos na dinâmica agrária. O Complexo Agroindustrial é uma forma de unificação das relações entre os grandes departamentos econômicos com os ciclos e as esferas de produção, distribuição e consumo, relações estas associadas às atividades agrárias. (MULLER, 1989, p. 41).

No Brasil, alguns autores (como KAGEYAMA, 1987, p.3 e GRAZIANO DA SILVA, 1996, p.5) consideram a existência de um "Complexo Rural, anteriormente à constituição dos chamados Complexos Agroindustriais (CAIs), numa situação em que haveria uma dinâmica muito simples na qual a atividade agrícola, ou o setor rural, mantinha poucas ou quase nenhuma relação com atividades externas às fazendas, a não ser com o mercado externo para um único produto, de modo geral, em todo o circuito produtivo com valor comercial (como o caso da lavoura cafeeira desde o século XIX). Este Complexo Rural entra em crise a partir de 1850 com o desenvolvimento de um mercado de trabalho (devido ao fim do tráfico negreiro e início da imigração, fatos derivados de pressões internacionais) e ainda com a constituição de um mercado interno. Esse processo de crise acelera-se a partir de 1929, com a chamada "Depressão" econômica mundial, e durante o período do governo de Getúlio Vargas com a reorientação econômica no sentido da industrialização,

⁵ O primeiro autor a utilizar o termo Complexo Agroindustrial no Brasil foi Alberto Passos Guimarães, em 1976, para designar a integração técnico-produtiva entre a agricultura e o setor industrial. O tema foi desenvolvido em: Guimarães, A. P. A Crise Agrária, 1979, Rio de Janeiro. Paz e Terra.

consolidada nos anos 50 com a internalização do departamento produtor de bens de capital⁶(implantação do chamado "D1") e também com a ampliação das atividades urbanas ou da própria urbanização.

Para que se encerrasse o predomínio do Complexo Rural no cenário econômico do país, foi determinante uma forte ação estatal, não apenas visualizando a industrialização como também a modernização da agricultura, processo que teve impulso, sobretudo, após a Segunda Guerra Mundial. As transformações na base técnica da produção agropecuária iniciaram com a importação de tratores, máquinas, fertilizantes e outros insumos, consolidando-se quando esses bens de capital e insumos agrícolas passam a ser produzidos internamente em substituição às importações (com a implantação do D1 para a agricultura) na década de 50.

A modernização agropecuária significou um suporte para a constituição dos chamados "complexos agroindustriais". Ao lado de outro processo, a industrialização da agricultura, que caracterizaria o momento em que a modernização agrícola se torna irreversível, pois como um ramo de produção na divisão do trabalho, a agricultura converte-se em compradora de insumos industriais do D1 e produtora de matérias-primas para outros ramos industriais (a agricultura processadora a jusante). Dessa maneira, a atividade agrícola incorpora-se ao modo industrial de produzir (MÜLLER, 1989, p.41). Como afirma GRAZIANO DA SILVA (1996, p.32):

A industrialização do campo é um momento específico do processo de modernização, a reunificação agricultura-indústria num patamar mais elevado que do simples consumo de bens industriais pela agricultura. É o momento da modernização a partir do qual a indústria passa a comandar a direção, as formas e o ritmo da mudança na base técnica agrícola, o que ela só pode fazer após a implantação do D1 para a agricultura no país.

E é exatamente esse momento de subordinação da agricultura à dinâmica industrial o período de formação do Complexo Agroindustrial, na década de 60, consolidando-se em meados dos anos 70.

Cabe lembrar os dois sentidos de Complexo Agroindustrial (CAI). No seu sentido mais amplo designa, como observa MÜLLER (1981, p.36) *"esse amplo espectro das relações setoriais que, num elevado nível de abstração, pode ser entendido como uma forma particular de unificação das conexões entre os grandes departamentos econômicos com os ciclos econômicos, e que obrigatoriamente levam em consideração as atividades agrárias"*. Isso quer dizer, a agricultura e todas as atividades ligadas a ela, são inseridas numa nova realidade econômica, num conjunto de segmentos e cadeias vinculadas. A noção de CAI em sentido amplo forma assim também uma unidade de análise⁶ na qual as atividades agropecuárias se vinculam com as atividades industriais (a sua jusante e a sua montante) e com o comércio de produtos agrários e agroindustriais numa relação de interdependência. Em suma, define um novo tratamento do setor agropecuário em integração com os outros setores. Em sentido específico, o termo complexo agroindustrial, para vários autores, é entendido como um conjunto de relações intersetoriais voltado a um produto ou cadeia em particular como explica LEITE (1990, p.23):

⁶ GRAZIANO DA SILVA (1996, p.5)denomina "D1"agrícola, como o setor industrial produtor de bens de capital e insumos básicos para a agricultura. A mesma definição é encontrada em KAGEYAMA (1987, p.10).

⁶ MÜLLER (1989, p.31) descreve o Complexo Agroindustrial como unidade de análise; LEITE(1990, p.41) sustenta que essa mesma abordagem pode ser desenvolvida observando-se uma linha de produto específica, ou seja, uma cadeia produtiva.

No intento de operacionalizar o conceito, os autores distinguem os diversos complexos, na medida em que o conjunto de indústrias de transformação não é homogêneo. Assim, um conjunto de indústrias que mantenham relações mercantis entre si e poucas transações com o restante da economia, pode delimitar um complexo. Ainda no que tange aos limites, a interrupção do complexo é dada no momento em que aquele conjunto de indústrias atingem outras firmas de produção de um bem de uso difundido.

Ainda que a descrição acima possa abranger também os chamados “*complexos industriais*”, evidentemente, as relações com as atividades agropecuárias determinariam o distinto Complexo Agroindustrial, como sucro-alcooleiro, soja, avicultura, etc, enquanto as atividades agroindustriais comandariam as decisões do meio rural.

KAGEYAMA *et al.* (1987, p.82-83) distinguem quatro segmentações que caracterizam a estrutura do Complexo Agroindustrial. A primeira seria formada pelos CAIs completos, totalmente integrados a montante e a jusante, conformando um “*tripe*” entre indústria para a agricultura, atividades agrícolas modernas e agroindústrias processadoras. Como exemplo são citados os casos dos complexos: avícola, de açúcar e álcool, carnes e soja. Depois viriam os CAIs chamados incompletos, amplamente integrados a jusante com as agroindústrias, mas sem estabelecer vínculos específicos com o setor industrial a montante, sendo este um fornecedor genérico, como exemplo são citados os casos das fibras de algodão, laticínios, frutas e outros. Assim, os mesmos não configuram complexos. O terceiro segmento seria o das atividades agrícolas modernas sem vínculos específicos nem a montante nem a jusante, apesar de consumidoras de insumos industriais de um mercado genérico, como o caso do café. O último segmento seria o das atividades agrícolas artesanais, onde não há ligações fortes para “*frente*” ou para “*trás*”, podendo atingir o mercado final ou servindo de subsistência, nesse caso à margem do CAI.

Não se pode esquecer da dinâmica dos capitais industrial e financeiro à qual a agricultura (entendida como conjunto amplo de atividades agropecuárias) passa a subordinar-se, como aponta KAGEYAMA (1987, p.11): “*O elemento que dá unidade às diversas atividades dos complexos agroindustriais é que todas elas são atividades do capital, com uma regulação macroeconômica mais geral. As ligações inter-capitais não são apenas técnicas, mas sobretudo financeiras*”. Nesse sentido, vale dizer que as relações intersetoriais atingem, no Complexo Agroindustrial, os setores técnicos e financeiros por meio de relações entre os diferentes capitais (agrário, industrial, bancário e financeiro) que se dá o surgimento de um novo processo no bojo do CAI, que constitui a centralização e a integração de capitais, de forma cada vez mais ampla e difundida.

Ainda sobre os diferentes conceitos de CAI, os autores FURTUOSO, BARROS E GUILHOTO (1995, p.11) trazem seis versões:

FARINA (1988) formula o conceito de sistema agroindustrial de alimentos como a cadeia que se inicia na produção agrícola, passa pelo processo de transformação industrial e pela rede de distribuição e atinge final. STREETER *et al.* (1991) adotam a visão ampla de CAI, somando aos segmentos a montante (indústria de bens de produção e de insumos básicos para a agricultura) e a jusante (indústria processadora de alimentos e matérias-primas) o consumidor. Para BARRY *et al.* (1992), o CAI é dito como uma cadeia de atividades inter-relacionadas, incluindo produção, processamento, comercialização e instituições de organização e elaboração/implementações de políticas setoriais. ARAÚJO *et al.* (1990), ao estudarem o CAI brasileiro, consideram os segmentos de insumos agrícolas, armazenagem, processamento e distribuição final.

DELGADO(1985), segundo os referidos autores, define o conjunto de empresas a jusante através do uso de critérios da origem agropecuária das matérias-primas utilizadas com um limite mínimo de 50% . E por fim, a FIBGE (1995), de acordo com os mesmos, obedece a critérios com relação ao primeiro processamento ou processo de produção contínua dos produtos industriais que derivam da agricultura. Todas essas noções

contribuem para estabelecer a composição do Complexo Agroindustrial⁸, dentro de uma visão dinâmica da agricultura. No entanto, é preciso notar que o uso do termo Complexo Agroindustrial ainda encontra algumas resistências como LAUSCHENER (1993, p. 273) que praticamente traduz o termo *Agribusiness* por "Complexo Rural", o que poderia ser considerado um contra-senso do ponto de vista semântico.

Afora estas discussões sobre conceitos e terminologias, trataremos a seguir da caracterização do Complexo Agroindustrial no Norte do Paraná, sob a ótica das cooperativas agropecuárias aí inseridas, considerando os processos de *modernização* e *agroindustrialização* presentes no contexto.

3-MODERNIZAÇÃO E AGROINDUSTRIALIZAÇÃO NO PARANÁ

A modernização agropecuária, iniciada no país na década de 50 com estímulos do Estado e seus esforços para a implantação do D1 agrícola, impulsionada nos anos 60 com o advento de tecnologias (novos insumos, máquinas, técnicas de plantio e sementes selecionadas) do chamado "*pacote tecnológico norte-americano*" da "*Revolução Verde*", o que implicou na introdução de novas culturas, como a soja e o trigo, denominadas *modernas*, chegando ao Paraná principalmente nos anos 70 após a desarticulação da estrutura cafeeira. Esse processo de modernização foi muito eficiente na sua difusão, pois impôs condições de produção sem as quais torna-se inviável qualquer atividade agrícola com fins comerciais. Tendo como base principalmente a mecanização, o uso de novos elementos e insumos químicos e biológicos, bem como a aplicação de novas formas de trabalho, as transformações na produção agropecuária foram enormes. De um lado houve um ganho de produção e produtividade com um conseqüente aumento da renda agrícola; de outro estão os resultados trágicos com a expulsão da mão-de-obra rural para os centros urbanos ou outras áreas de fronteira agrícola, e ainda com a exclusão de produtores que não conseguiram incorporar-se à modernização.

MÜLLER (1990, p.53) classifica três grupos sociais resultantes da modernização agrária, fora àquele que emigrou dos campos: "*O maior deles, habita em estabelecimentos rurais que servem como moradia da família. Pode contar com alguma produção mercantil tradicional, mas com o predomínio da produção para subsistência. Pequenos proprietários, meeiros, ocupantes, cuja característica básica é a pobreza moderna, juntamente com o fato de serem mão-de-obra para a economia geral.*" Os dois outros grupos, segundo o referido autor, são compostos de pequenos produtores que se incorporaram à modernização agrária via cooperativismo e via agroindústria. Porém o mesmo autor esclarece que estas vias não esgotam todas as modalidades empíricas de incorporação à modernização, mas abarcam a imensa maioria de produtores incorporados tendo em vista as dificuldades da manutenção do pequeno produtor de maneira independente.

Na década de 70, o Paraná sofre o impacto da modernização agropecuária de forma mais intensa. As alterações na base técnica da produção ocorrem com a adoção de meios de origem industrial. O caso da agricultura paranaense constitui um verdadeiro "*laboratório*" de pesquisa (...) "*pois nela se encontram, na década de 70, regiões que apresentaram graus e ritmos diferentes de integração à modernização tecnológica, o que permite verificar como se deu esse processo, bem como acompanhar suas conseqüências.*"

⁸ É necessário lembrar que o conceito de *Agribusiness*, além de influenciar o uso dos termos Complexo Agroindustrial e Sistema Agroindustrial, inspirou também a versão francesa elaborada por MALASSIS (1973), conforme GRAZIANO DA SILVA (1996, P.67-68), que utiliza o conceito de Setor Agroalimentar-SAA, no qual estaria inserida a noção de "*filière*" ou cadeia agroalimentar.

Encontra-se também um produto que contém em si as condições de funcionar como introdutor das inovações mecânicas, químicas e biológicas: a soja" (FLEISHFRESSER, 1998, p.17).

É justamente a cultura da soja o fator mais representativo da modernização na agricultura paranaense, especialmente no Norte do Estado (que é o foco de interesse do estudo). O sucesso da soja, em substituição ao café no Norte do Paraná, se deve à condição de essa cultura possuir: inovações pré-adquiridas como sementes selecionadas; um processo de produção totalmente mecanizado desde o plantio até a colheita; a capacidade de aliar interesses que impulsionaram o seu cultivo: o das indústrias processadoras e exportadoras do produto e do Estado que teve incluído um produto de grande aceitação na pauta de suas exportações. E foi a ação estatal, um dos mais importantes meios que promoveram a modernização, via mecanismos de crédito, incentivos fiscais e políticas direcionadas para produtos como a soja. O incentivo à produção da soja significou uma política de preço mínimo favorável, amplo crédito para investimentos nessa cultura com juros subsidiados.

Tais estímulos à modernização não atingiram as pequenas propriedades e outros produtos como o feijão (e outros gêneros alimentícios de primeira necessidade).

Assim sendo, a produção de alimentos fica relegada aos estabelecimentos que estão naturalmente impossibilitados de assumir um comportamento empresarial (pequenos proprietários, arrendatários, parceiros e ocupantes) que basicamente produzem a sua própria subsistência gerando um pequeno excedente para o mercado. Essa dispersão da produção em pequenas unidades cria a necessidade de um grande número de intermediários, fazendo com que, sobrevivendo uma eventual escassez de gêneros alimentícios, o diferencial de preços se dilua pelas numerosas escalas existentes entre o pequeno produtor e o consumidor final (GRAZIANO DA SILVA, 1982, p.31).

Percebe-se que deixando de lado muitos produtos e produtores, a modernização agrícola revela-se parcial, no entanto seu impacto é geral. Tal fato se justifica pelo estilo de incorporação à modernização implantada. A aliança entre os interesses dos capitais nacionais, internacionais e do Estado põe em prática um processo modernizante que escolhe as áreas onde a demanda agroindustrial, das exportações e dos centros urbanos são mais fortes, e portanto, mais interessantes. E ao mesmo tempo em que se modernizava, o setor agrícola consolidava sua condição de dependência, como consumidor, dos insumos industriais.

À medida que se industrializava, a agricultura passava de um nível inferior a um nível superior de desenvolvimento, mas isso também significava uma perda progressiva de sua autonomia e de sua capacidade de decisão. Agora se tornava possível apreciar as várias faces de um fenômeno que correspondia um passo à frente, inevitável no curso do crescimento agrícola, mas que lhe haveria de trazer uma nova ordem de problemas. Ao aumentar sua dependência, de um lado, em relação ao forte grupo de indústrias fornecedoras de insumos básicos e, de outro, em relação às grandes indústrias transformadoras e compradoras da maior parte dos produtos agrícolas, a agricultura irá aumentar sua produtividade, mas irá também aumentar seus custos sem poder compensá-los com uma equivalente lucratividade. Isso também porque, entre outras razões, o mercado que nessa nova etapa se formará para seus produtos será muito menos livremente competitivo e tenderá a ser dominado mais e mais por condições monopolísticas (ROCHA, 1990, p.239).

No Paraná, mais especificamente no Norte do Estado, as condições eram muito favoráveis à modernização. A economia estava integrada ao mercado nacional, havia disponibilidade de terras excelentes e existia um nível razoável de acumulação entre os produtores de café (FLEISHFRESSER, 1988, p. 17-18). É na década de 70 que tem início a instalação de grandes unidades industriais com o setor agroalimentar, ocupando a liderança no conjunto da economia paranaense.

Adotar uma visão de conjunto da economia paranaense desenvolvida na região norte-paranaense é interessante por duas razões, segundo PADIS (1981, p. 105): *"Primeiramente, porque as atividades de lavoura desenvolveram-se numa estrutura fundiária baseada nas pequenas e médias propriedades. E em segundo lugar, devido ao volume de produção de determinados bens, responsáveis por considerável parcela da renda gerada no Estado."*

3.1 A PARTICIPAÇÃO DAS COOPERATIVAS

O tipo de modernização praticado no Brasil (concentrada no Centro-Sul do país) e no Paraná, incorporou a atividade agropecuária a um conjunto de mercados fortemente oligopolizados, o que caracteriza o setor agroindustrial. Essa dinâmica, materializada no CAI, impõe novas formas de agroindústrias, organização comercial interna e internacional, padrões produtivos que redundam no submetimento das atividades agrícolas ao comando industrial sobretudo.

Essa nova realidade, denominada de *"Padrão Agrário Moderno"* por MÜLLER (1989, p.41), sintetiza os elementos presentes no Complexo Agroindustrial com a agricultura totalmente integrada à indústria por meio das relações intersetoriais no conjunto econômico. A agricultura assume assim um estilo empresarial de gerir-se.

Nesse quadro, as empresas cooperativas surgem como alternativa à inserção na modernização tecnológica do campo, funcionando ao mesmo tempo como propagadoras da mesma. Por outro lado, vêm-se forçadas a ingressar na atividade agroindustrial com intuito de agregar valor à produção agropecuária como meio de sobreviverem à concorrência com empresas que passam a operar com os mesmos produtos.

No Paraná, as cooperativas agropecuárias tiveram um importante papel no processo de modernização da agricultura, levando os produtos associados a aderirem rapidamente às inovações tecnológicas, especialmente ao pacote tecnológico da soja, atuando como centros propagadores da mesma modernização. Para tal sentido foram estimuladas pelo poder público que concedeu... *"crédito a longo prazo para a instalação de infra-estrutura (silos, escritórios, armazéns, etc.) e do tratamento preferencial na consecução de políticas agrícolas"* (HESPANHOL E COSTA, 1995, p.374). Podemos notar que as cooperativas atuaram como agentes da modernização e diversificação no campo.

A transição das cooperativas agrícolas, e no caso do Norte paranaense sobretudo as cooperativas de cafeicultores, de meras comercializadoras da produção para participantes do setor agroindustrial, aconteceu com a consolidação da modernização agrária via lavouras mecanizadas de soja e trigo. A Agroindustrialização veio inicialmente através do processamento da produção entregue pelos associados. A diversificação da produção agrícola com o incentivo a novos cultivos trouxe a diversificação da forma de atuação das cooperativas, com grandes investimentos na verticalização.

No caso das cooperativas de cafeicultores do Norte do Paraná, estas surgem num período crítico para o mercado de café como última saída da crise para os produtores. Na época, entre 1957 e 1964, (período no qual a maioria das cooperativas de cafeicultores foi implantada) estimulado pelo Estado, via Instituto Brasileiro do Café, o cooperativismo surge... *"como instrumento de defesa dos produtores, em uma época bastante adversa, de profundas dificuldades na comercialização das safras. A expectativa era de que as*

⁹ GRAZIANO DA SILVA (1996, p.83) critica MÜLLER (1990 p.15), ao não concordar com a noção de Padrão Agrário Moderno, por considerar que tal conceito pode acentuar ainda mais uma falsa noção de homogeneidade da produção capitalista no campo entre ramos distintos, como por exemplo entre a pecuária e a horticultura. Porém o mesmo autor (Idem, p.23) traz a noção de *"Novo Padrão Agrícola"* que caracterizaria a nova orientação agrícola para a integração vertical e para um incremento da produtividade.

cooperativas permitissem visualizar uma solução de curto prazo que resolvesse o problema dos excedentes de café e que gerasse o equilíbrio do mercado e a retomada de preços" (SERRA, 1995, p.59-60). Como se pode observar não foi a doutrina cooperativista nem seus princípios filosóficos que atraíram os agricultores para aderirem a essa relação associativista, mas a vantagens econômicas que isso significaria.

Mesmo com características peculiares que distinguem as cooperativas de outras empresas, o fato de elas investirem na diversificação e agroindustrialização pode ser entendido pela necessidade de crescimento que na verdade foi, até certo ponto, imperativa. À medida que os ganhos com a comercialização, sem nenhum processamento, eram muito reduzidos, seja para a remuneração do cooperado, seja para a formação de um capital para que a cooperativa se sustente como entidade autônoma.

A existência de créditos subsidiados é básica porque o setor não dispõe da rentabilidade e conseqüente capacidade de competição que possuem as empresas nacionais e multinacionais concorrentes. Ao mesmo tempo, as características dos pequenos produtores que representam a maior parte do seu quadro social, não teriam permitido a geração de um volume de excedentes que possibilitassem o financiamento do mesmo ritmo de crescimento com recursos próprios, sem uma verdadeira ruptura de todo o sistema (LEÃO, 1989, p. 44).

A importância da agroindústria atingiu tal nível que sem ela a agricultura torna-se quase impraticável (basta citar a agroindústria de sementes, a montante). Em relação às agroindústrias processadoras, estas assumem um papel de adicionadoras de valor aos produtos, o que para as cooperativas foi decisivo para suas pretensões de manterem-se no mercado.

4. AS COOPERATIVAS NA ECONOMIA PARANAENSE

A economia paranaense teve na agroindústria seu mais importante eixo de industrialização. Desde os primórdios de sua colonização, a agroindústria se fez presente, inicialmente com o processamento do mate, da madeira e mais tarde do café. Mas essa antiga agroindústria, na realidade, tratava-se de um primeiro beneficiamento de produtos primários, de forma rústica, não tendo vínculo com o setor agroindustrial moderno e o CAI.

Entretanto essas agroindústrias persistiram, restringindo-se às etapas iniciais do processamento elas forneceram matérias-primas (elaboradas ou semi-elaboradas) para indústrias do Estado de São Paulo. E representaram importante participação na economia estadual.

"Em 1970, a agroindústria representava aproximadamente 75% do valor da produção da indústria paranaense, 45% do pessoal ocupado e 65% do valor da transformação industrial" (ASSUMPÇÃO, GALINA e CONSONI, 1991, p. 21). Mais adiante, durante a década de 70, a agroindústria firma-se como expressão da industrialização paranaense. A abundância de matéria-prima faz com que o Norte do Estado seja vantajoso para localização de unidades processadoras. *"A partir de 1976 a indústria passa a superar a agricultura na geração de renda, destacando-se como principal gênero a agroindústria alimentar, composta basicamente pelos ramos: produtos alimentares e produção de óleos vegetais em bruto"* (ASSUMPÇÃO, GALINA CONSONI, 1990, p. 135). A participação das cooperativas no setor agroindustrial cresce significativamente; estas atuam para completar a verticalização do processo produtivo fornecendo os insumos, agindo em todas as etapas da produção agrícola com assistência técnica, processando e industrializando os produtos. Um típico exemplo é o óleo de soja refinado, para o consumo final. Foi justamente durante a década de setenta quando a indústria supera a participação da agricultura na geração de renda interna no Estado (LEÃO, 1989, p. 28) sendo que se tratava de agroindústria.

A explicação pode ser parcialmente encontrada no caráter moderno e dinâmico da agricultura estadual, uma vez que a agroindústria constitui a principal vertente do crescimento industrial. Entretanto, a indústria também se diversifica, instalando-se gêneros e grupos industriais novos. Atuaram aí diversos fatores, como as condições locais do Paraná, a definição de uma política de desenvolvimento, centrado no BADEP, a instalação de uma infra-estrutura de transporte e energia elétrica adequada ao investimento industrial e o fato de a economia brasileira atravessar um período expansivo, com retomada dos investimentos privados (LEÃO, 1989, p. 28).

Em meados dos anos 70, o eixo Maringá-Londrina já é a maior área agroindustrial do Paraná, como se pode ver na afirmação do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES) em levantamento para "Estudo de Integração de Pólos agroindustriais do Paraná": *"O eixo Maringá-Londrina, incluindo apenas os municípios ao longo do trecho rodoviário e ferroviário, participa com 19% da indústria de transformação do Estado e com aproximadamente 22% da agroindústria, o que a qualifica como a principal área agroindustrial do Paraná"* (IPARDES, 1974, p. 34). O crescimento das cooperativas no setor agroindustrial, ou seja, no seu processo de verticalização, foi alcançado graças também aos projetos de integração definidos no início da década de 70. Estes representaram uma reestruturação econômica e filosófica do cooperativismo paranaense cobrindo todo o Estado, consistiam na delimitação de três grandes áreas: O Projeto Iguaçu de Cooperativismo – PIC, o Projeto Sul de Cooperativismo – SULCOOP e o Projeto Norte de Cooperativismo – NORCOOP. Essa forma de organização permitiu um desenvolvimento das cooperativas de maneira "dirigida", os próprios investimentos em agroindustrialização passavam a ser impulsionados de maneira planejada.

Tal integração possibilitou uma participação mais efetiva das cooperativas na economia Estadual, em função da agregação dos interesses dos produtores rurais paranaenses, permitindo a concretização da montagem de uma infra-estrutura básica para o atendimento de crescente produção estadual e de fundamental importância para o início da integração vertical a agroindustrialização. Significa dizer que, a partir da organização da produção agrícola, as cooperativas agropecuárias passaram a preocupar-se com a montagem do Complexo Agroindustrial, não se conformando com a condição de meras repassadoras de matérias-primas às indústrias (OCEPAR, 1997, p. 5).

Do lado dos financiamentos dos investimentos agroindustriais, o crédito rural que havia beneficiado enormemente o D1 entre 1970 e 1980 (pois ampliou a demanda de máquinas e insumos devido a própria modernização), consolidando a agricultura como mercado às indústrias a montante, do lado das agroindústrias "as políticas tenderam a ter caráter mais específico, ligadas a certas atividades, produtos e regiões" (GRAZIANO DA SILVA, 1996, p. 39). Por outro lado, as cooperativas encontraram no Estado um forte aliado. As políticas institucionais, baseadas em incentivos fiscais e créditos específicos para financiamentos das empresas cooperativas nas suas iniciativas de investir no setor agroindustrial (aliadas a políticas de financiamento da produção e de preços mínimos), demonstram a preocupação estratégica das ações estatais com relação às cooperativas agropecuárias. A união de interesses entre cooperativas e Estado possibilitou uma enorme expansão das cooperativas, principalmente em participação na agroindústria de óleos vegetais.

Acerca dessa expansão, é importante ressaltar que esta cedeu com intensa concentração, conferindo às cooperativas amplas possibilidades de inversão de capitais em segmentos industriais articulados com a agricultura, principalmente na verticalização da produção em direção às indústrias de processamento e distribuição de matérias-primas. Isto significa que a incorporação do capital da própria agricultura mediante a migração de recursos, oriundos do patamar de acumulação já alcançados pelas cooperativas, para a agroindustrialização contribui para a transformação da agricultura paranaense em direção a produtos de maior valor adicionado, resultando em mudanças significativas na estrutura produtiva do Estado (PEREIRA, 1995, p. 36).

"Evidentemente, a partir de 1979 a perda dos financiamentos subsidiados faz com que o crescimento das cooperativas dependa crescentemente da sua capacidade de autocapitalização. A partir daí, manifesta-se mais intensamente uma contradição própria a esse tipo de instituição, presa à necessidade de acumular e, ao mesmo tempo, a uma base de pequeno e médios produtores cujos interesses a curto prazo não necessariamente são os da cooperativa" (LEÃO, 1989, p. 45).

Em relação aos produtores agropecuários não cooperados, muitos destes integraram-se às agroindústrias via contratos. *"Estas integrações apresentam níveis importantes de controle industrial sobre a produção agrícola tanto na determinação dos aspectos tecnológicos da atividade, tendo em vista os parâmetros específicos de qualidade, como no controle da quantidade e fixação dos preços"* (BRADENBURG E FERREIRA, 1995, p. 66). Ao mesmo tempo em que essa relação contratual "moderniza" o produtor enquanto empresário rural especializado, cria a dependência de um em relação ao outro. O agricultor submete-se às condições impostas pela agroindústria. Como afirma LAUSCHNER (1984, p. 78): *"O empresário rural já não será orientado pelas grandes oscilações de preços, mas pelo planejamento racional da agroindústria. Quando o agricultor resiste ao processo de integração na agroindústria, esta, por vezes, o substitui e realiza mesmo toda ou parte da produção rural"*.

No caso da agroindústria cooperativa, esta oferece algumas vantagens ao agricultor cooperado, como a possibilidade de participação nos resultados, assistência constante ao produtor e facilidades de créditos e na compra de insumos.

Assim as cooperativas prestam serviços relevantes:

Estabelecem diretrizes para a produção dos associados numa perspectiva mercadológica, vendem em comum os produtos "in natura" ou elaborados, dando maior poder de barganha aos seus associados. Outra função relevante é o fornecimento de bens de consumo e de bens duráveis, reduzindo através de compra comum e de maior volume o processo de intermediação, conseqüentemente os preços finais a serem pagos pelos cooperados (CARVALHO, BRITO E PEREIRA, 1993, p. 47).

No Paraná, as cooperativas que se industrializaram *"...apresentam uma maior estabilidade e estão conseguindo pagar seus investimentos e ainda dar um preço maior pela produção de seus associados podendo-se afirmar que aquelas que permaneceram na fase primária da produção sempre estarão mais susceptíveis às oscilações e intranquilidade do setor agrícola"* (OCEPAR, 1990, p. 16). As cooperativas passam assim a raciocinar como agroindústrias. *"Participam da divisão territorial, evitando competir com os gigantes do ramo. Entretanto podem constituir-se num instrumento que ajude os agricultores a obterem melhor barganha com a agroindústria"* (ALVES, 1988, p. 15).

4.1 – DIVERSIFICAÇÃO E VERTICALIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS NO SETOR AGROALIMENTAR

À medida que as cooperativas tornam-se transformadoras de matérias-primas, segundo MEDEIROS (1997, p. 4), passam a *"...internalizar em suas atividades econômicas, o processo de integração vertical, notadamente a partir dos anos 70 com a implementação da política agrícola."*

No Norte paranaense, a soja constituiu-se em importante setor responsável pela agroindustrialização. A partir do final da década de 70, ganham destaque a moagem dos grãos e a produção de óleo, sendo que a COCAMAR (Cooperativa dos Cafeicultores e Agropecuaristas de Maringá) instala sua indústria em 1979, entrando num mercado oligopólico dominado por grandes empresas não cooperativas como SANBRA, ANDERSON CLAYTON, CARGILL, BRASWEY e outras, que já trabalhavam com grãos,

localizadas nos pólos agroindustriais de Londrina, Maringá e Apucarana. Outras cooperativas passam a atuar na cadeia de oleaginosas como a COAMO (Cooperativa Agropecuária Mouraoense) e a COROL (Cooperativa Agropecuária Rolândia).

A eficiência da inserção da empresa no comércio de matérias-primas e de produtos finais é um elemento fundamental para a permanência no mercado ou mesmo liderança do mesmo, cuja estrutura é muito próxima de um oligopólio.

Essas características do setor agroalimentar indicam que suas perspectivas, como as da indústria em geral, estão ligadas ao comportamento da grande empresa, não tendo sentido econômico o apoio às pequenas firmas do setor como elemento estratégico de uma política para o seu desenvolvimento. As mesmas características destacam ainda as cooperativas como um segmento empresarial com grande potencial de expansão na agroindústria, surgindo como um dos raros grupos industriais de origem local a investir significativamente no setor nos anos setenta, a partir de sua sólida participação na comercialização de produtos agrícolas (LEÃO, 1989, p. 64).

Um outro setor que ganha impulso no início da década de 80 é o sucro-alcooleiro, que teve enorme expansão em razão do *Pro-Alcool*, programa que buscava uma alternativa energética diante da crise do petróleo. Assim, surgem muitas destilarias de álcool (juntamente com usinas de açúcar, que utilizam a mesma estrutura) com as cooperativas agrícolas também ingressando nessa atividade.

Ainda dentro do setor agroalimentar, destacam-se o processamento do café, trigo e laticínios, todos com a participação de cooperativas. Porém, no Norte do Paraná o chamado *complexo soja* desempenhou um papel decisivo na formação do CAI. O fato da cadeia produtiva das oleaginosas, especialmente a soja, possuir vínculos específicos com setores industriais a montante, fornecendo desde sementes selecionadas até máquinas produzidas exclusivamente para esse complexo, colaborou em muito para a consolidação do mesmo.

Vale recordar que a diversificação, levada a cabo nos anos 80, trouxe um incremento significativo para a geração e a agregação de valor na economia do Norte do Estado. Como exemplo, pode-se citar a produção de fios de algodão, de óleos vegetais refinados e de rações balanceadas (como observamos na Tabela 1).

É preciso dizer que as agroindústrias predominantes até então, faziam parte de um determinado padrão de desenvolvimento, baseado na disponibilidade de matéria-prima que atraía as agroindústrias processadoras. Durante os anos 80, conforme ASSUMPÇÃO, GALINA E CONSONI (1990, p. 136-137) verifica-se *“...uma mudança de padrão de desenvolvimento agroindustrial à medida que não é mais apenas a existência de matéria-prima em abundância que estimula e determina a instalação das agroindústrias processadoras. As agroindústrias são projetadas, até mesmo instaladas e, paralelamente, são realizados projetos para estimular a produção de matéria-prima pelo setor agrícola de forma integrada”*. Isto significa dizer que, a produção agropecuária é iniciada em virtude das possibilidades de ganhos com a agroindústria. Como exemplo, os autores mencionados utilizam o caso da sericicultura, incentivada pela COCAMAR quando iniciava a implantação de uma fição de seda.

TABELA 1 - TAXAS QUINQUÊNIAS DE CRESCIMENTO NO NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS AGROINDÚSTRIAS E VALOR AGREGADO NA AGROINDÚSTRIA E INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO DO PARANÁ

GRUPOS GERAIS DE INDÚSTRIA DE ALIMENTOS	NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS				VALOR AGREGADO			
	1975/70	1980/75	1985/80	1985/70	1975/70	1980/75	1985/80	1985/70
Beneficiamento de café, cereais e produtos afins	25.6	13.3	48.1	43.4	376.5	58.4	30.8	159.2
Moagem de trigo	55.6	33.3	12.5	66.7	26.8	29.4	30.8	114.6
Torrefação e moagem de café	30.4	21.8	9.3	40.5	150.7	15.7	45.0	320.4
Fabricação de café solúvel	100.0	50.0	200.0	800.0	-	-	41.0	-
Fabricação produtos do milho (exclusive óleo)	7.0	10.2	28.4	40.2	272.9	-	-	1417.4
Fabricação produtos da mandioca	18.4	8.1	79.1	57.9	262.5	99.9	294.6	2758.9
Abate de animais e preparação de carnes	39.1	11.4	21.4	21.9	309.8	5.2	59.8	520.7
Resf. e prep. do leite e produtos laticínios	27.1	6.6	86.2	152.1	128.4	84.5	112.8	796.4
Fabricação e preparo de açúcar	20.0	0.0	150.0	100.0	7.0	109.9	12.3	97.0
Fabricação de produtos de padarias	4.7	0.0	30.2	26.9	102.2	37.3	39.4	23.2
Fabricação de massas alimentícias e biscoitos	15.6	54.1	3.5	84.4	150.4	28.1	148.6	347.3
Fabricação de rações balanceadas	16.1	36.2	17.2	33.9	435.4	145.1	39.0	1724.3
SUBTOTAL	13.1	7.1	32.1	28.6	235.5	1.6	52.4	403.2
Ind. de Alimentos	12.0	8.2	21.7	19.4	201.6	1.6	42.9	337.8
Prod. de óleos vegetais em bruto	87.5	3.3	17.2	112.5	306.8	71.1	89.6	1219.8
Ind. de transformação	18.9	9.4	11.1	15.7	176.9	62.9	34.5	506.4

FONTE: FIBGE. Censo Industrial do Paraná. 1970, 1975, 1980 e 1985.

Organizado por Pereira (1995, p.29)

(1) Dado não publicado para 1970 e 1975

(2) a produção de óleos vegetais em bruto aparece no gênero química dos Censos de 1970, 1975 e 1980, e apenas no censo de 1985, ocorre uma transferência desta atividade para o Gênero Produtos Alimentares. Assim, para não distorcer os dados, considerou-se esta atividade isolada em todos os anos, o que significou, subtrair os seus valores do Gênero de Produtos Alimentares no censo de 1985.

(*) Os dados em cruzeiro foram corrigidos de acordo com IGP-DI da FGV (jan. 1970=100)

O caso da cana-de-açúcar é semelhante quando essa cultura é cultivada para a produção de álcool (devido aos estímulos do *PROÁLCOOL*) e não apenas em função da produção de açúcar. Por outro lado, outras atividades também têm expansão nesse processo de diversificação como a avicultura, conforme percebe-se num estudo do IPARDES (1985, p. 11):

Entre 1975-83, os grupos Abate de animais e fabricação de Rações Balanceadas apresentaram destacado desenvolvimento chegando a representar em 1983 quase 20% do valor adicionado da agroindústria Agroalimentar (...)sendo que a avicultura foi um dos principais responsáveis pelo desempenho de abate de animais, tendo em vista o significativo desenvolvimento desse segmento industrial motivado pela implantação de empresas modernas operando com sistemas integrados bem como pelo estímulo à exportação.

Apesar da existência em grande número estabelecimentos de porte *micro* (com relação ao faturamento) no setor agroalimentar, nota-se, observando os dados de participação nesse setor, que há uma concentração no lado dos grandes estabelecimentos, o que pode ser visto na Tabela 2 e no Gráfico 1.

É importante ressaltar a expansão da participação das cooperativas na indústria agroalimentar, tanto nos grupos de atuação mais tradicional, como o beneficiamento de café, cereais, produtos afins e fabricação de produtos do laticínio, como em abate de animais e produção de óleos vegetais em bruto, cujos estabelecimentos cooperativados, em 1983, já se sobressaíam entre os cinco estabelecimentos que geravam maior valor adicionado (IPARDES, 1985, p. 21).

Com respeito à localização da agroindústria, quase não houve concentração no Estado do Paraná, pois um dos fatores determinantes para a localização da mesma está, de

modo geral, relacionado à proximidade de centros produtores de matéria-prima. Desse modo encontra-se distribuída pelo interior do Estado.

No entanto, algumas regiões respondem pela maior parte do valor agregado pela indústria agroalimentar. Como veremos na Figura 2, em 1983, as microrregiões homogêneas de Curitiba, Ponta Grossa, Londrina, Maringá e Extremo Oeste "...são responsáveis por 77% do valor adicionado gerado pela indústria agroalimentar" (IPARDES, 1985, p. 31). Sendo que o conjunto das microrregiões do Norte paranaense ultrapassava 45% desse valor. Tal fato não deixa de revelar uma dispersão concentradora.

TABELA 2 – PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DOS ESTABELECIMENTOS AGROINDUSTRIAIS, POR TAMANHO. * NAS SAÍDAS TOTAIS DA INDÚSTRIA AGROALIMENTAR NO PARANÁ, SEGUNDO OS DIVERSOS GRUPOS – 1975, 1980 E 1983.

GRUPO	1975				1980				1983			
	MICR O	PEQUE NO	MÉDI O	GRAN DE	MICRO	PEQUE NO	MÉDI O	GRAN DE	MICR O	PEQUE NO	MÉDI O	GRAN DE
Beneficiamento de Café e cereais	3.4	12.4	34.5	49.7	3.4	9.8	22.5	64.3	3.0	7.2	18.7	71.1
Moagem de Trigo	2.7	11.7	37.3	48.3	1.4	3.5	24.1	71.0	0.7	1.7	23.8	73.8
Torrefação de Café	4.6	19.2	48.9	27.3	2.7	11.4	26.0	59.9	2.1	5.7	35.5	56.7
Fabricação da Produção de Milho	11.0	15.2	51.5	22.3	5.9	5.0	31.9	57.2	2.7	2.8	12.8	81.7
Fabricação de Café e Mate Solúvel	0.0	0.0	0.0	100.0	0.0	0.5	0.0	99.5	0.0	0.1	0.0	99.9
Abate de Animais	2.3	1.4	8.7	87.6	0.6	2.1	7.7	89.6	0.4	1.5	5.6	92.5
Fabricação de Rações Balanceadas	1.5	6.5	8.7	83.3	1.1	3.0	13.2	82.7	0.6	3.0	5.5	90.9
Resfriamento do Leite	14.3	51.6	34.1	0.0	1.4	30.7	67.9	0.0	0.9	27.3	71.8	0.0
Preparação do Leite	30.7	69.3	0.0	0.0	1.9	4.6	26.5	67.0	1.8	26.6	15.0	56.5
Fabricação de Produtos do laticínio	1.9	11.4	32.0	54.7	1.1	5.2	18.3	75.4	2.2	7.0	9.9	80.9
Fabricação de Açúcar	0.40.0	0.0	99.6	0.0	0.2	0.6	96.2	0.0	0.0	0.0	0.0	100.0
Fabricação de Massas	15.6	8.8	75.6	0.0	3.2	9.2	8.4	79.2	2.7	10.2	29.0	58.1
Fabricação de Biscoitos	3.3	3.5	20.7	72.5	2.3	1.7	0.0	96.0	3.0	0.0	10.2	86.8
Refinamento e Preparação de Óleo Vegetal	0.3	0.1	2.5	97.1	0.0	0.0	0.4	99.6	0.0	0.1	0.1	99.8
Produção de Óleo Vegetal em Bruto	0.0	0.3	5.7	94.0	0.0	0.1	1.4	98.5	0.0	0.0	0.0	100.0
TOTAL	2.8	7.3	21.0	68.9	1.5	4.0	10.5	84.0	1.3	2.9	7.9	87.9
Estabelecimento (%)	82.6	8.1	6.7	2.6	75.9	11.5	8.0	4.6	78.5	9.8	6.7	5.0

FONTE: SEFI/Ass. Econômica.

* Critério Banco do Brasil: Micro, estabelecimento com faturamento anual até 5.000 MRV (maior valor de referência), pequeno até 20.000 e 85.000 MRV, grande, acima de 85.000 MRV.

Organização: IPARDES (1985, p.20)

GRÁFICO 1 - PARTICIPAÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS, SEGUNDO TAMANHO, NAS SAÍDAS TOTAIS, NO PARANÁ - 1975 - 1980 - 1983.

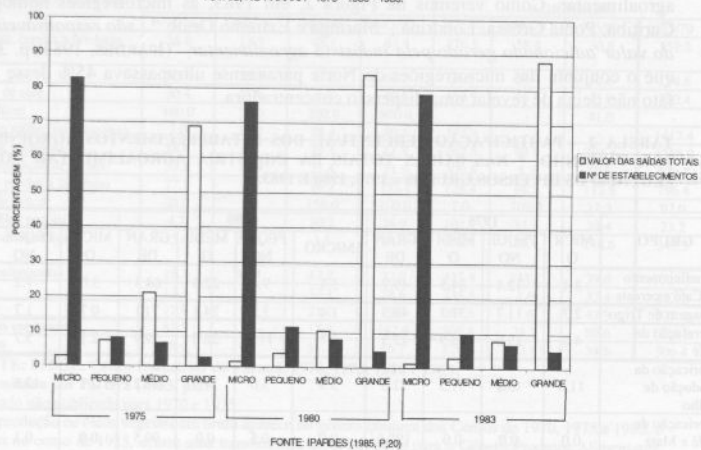
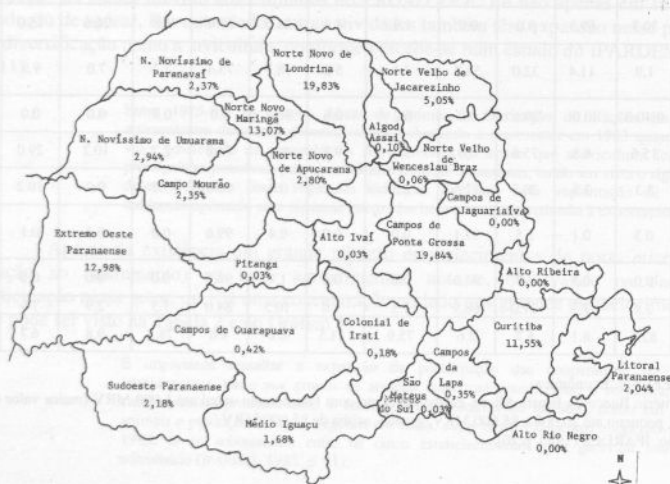


Figura 2 - Esquema da Distribuição Espacial do Valor Adicionado Total da Indústria Agroalimentar, no Estado do Paraná, Segundo as Microrregiões Homôneas, 1983



4.2 – RECENTES ALTERAÇÕES NO SETOR AGROINDUSTRIAL DO PARANÁ E A ATUAÇÃO DAS COOPERATIVAS AGROPECUÁRIAS

O cenário da última década do século XX apresenta um forte impulso no setor agroindustrial, motivados pelas transformações nos padrões de consumo e hábito da população. As novas exigências, em termos de qualidade dos produtos de origem agropecuária e agroindustrial, impõem desafios tecnológicos e estratégias mercadológicas e organizacionais, para as empresas do segmento agroindustrial e para a própria atividade agropecuária. Mudanças nas formas de comercialização dos produtos, como embalagens e conservação, refletem a competitividade pela busca do mercado consumidor.

Exige-se um pensamento empresarial dinâmico com a criatividade, racionalidade, difusão de tecnologias e também o uso do marketing pelas agroindústrias processadoras.

Cada vez mais os padrões internacionais devem orientar todo o processo de produção e comercialização dos produtos de origem agropecuária. Fato que exige custos altos de investimentos.

Nesse quadro caracteriza o período de intensa e acirrada competição pelos mercados nacional e internacional, da chamada "globalização" da economia, as cooperativas enquanto também agroindústrias são obrigadas a mudar suas formas de organização, comercialização e relação com os demais componentes do Complexo Agroindustrial, como já fazem grandes empresas do setor. *"Quando se toma uma grande empresa como a CEVAL, por exemplo, têm-se suas definições e volume de investimentos dados muito mais pelo equacionamento de pontos estratégicos de infra-estrutura de armazenagem e distribuição, viabilizando a penetração nos grandes centros consumidores e racionalizando sua atuação comercial, do que pela simples localização de suas plantas industriais"* (URBAN, 1990, p. 3). No caso das cooperativas, estas:

...já estão cientes da necessidade de se estruturarem da melhor forma possível para enfrentarem a crescente competitividade do setor. A clareza da importância que assume a atividade agroindustrial para seu processo de acumulação de capital as tem levado a buscar todos os mecanismos possíveis para romper algumas amarras formais e institucionais que limitam sua atuação empresarial, já se aventando a hipótese de formação em sociedade anônima e integração empresarial com cooperativas européias. A união de cooperativas em investimentos comuns também já se coloca como forma de atuação e de fortalecimento no setor (URBAN, 1990, p. 3).

Nesse sentido, as cooperativas paranaenses programam suas inversões em verticalização e nas etapas de maior agregação de valor ao processo produtivo. Para tal iniciativa, alguns fatores colaboram como afirma PAULA (1997, p. 40): *"O aumento do consumo, resultante da implementação do plano de estabilização no Brasil, é típico para ilustrar a atratividade a novos investimentos. Soma-se isso o processo de integração regional, como é o caso do Mercosul, com o qual o mercado consumidor final se expande significativamente"*.

Por outro lado, há uma tendência de investimentos das grandes empresas agroindustriais fora do Estado, deslocando-se para o centro-oeste ou mesmo nordeste do país (conforme LOURENÇO, 1998, p. 6). Enquanto que os investimentos no próprio Estado são liderados pelas cooperativas.

A impulsão modernizante da agroindústria, capitaneada pelas iniciativas da estrutura empresarial cooperativista em operação no território estadual, é beneficiada pelo domínio exercido sobre a oferta de matéria-prima, pela expressiva capacidade de industrialização disponível, pela atuação regionalizada - facilitando a identificação de oportunidades - e pela sustentação em organizações avançadas (do ponto de vista gerencial e de capitalização), o que permite a alocação mais eficiente de recursos em integração das cadeias (LOURENÇO, 1998, p. 6).

Essa liderança das cooperativas no Agronegócio é percebida, ainda conforme LOURENÇO (idem):

...pelo controle sobre diversas etapas do Complexo Agroindustrial, especialmente nos segmentos de produção de soja, trigo, algodão, leite, cevada e café. Sua estratégia abarca a implantação dos ciclos finais de beneficiamento por meio de ganhos tecnológicos e de escala, facilitados pela alteração radical da postura do segmento nos anos 90, adotando novo modelo de gestão financeiro-operacional, priorizando a terceirização, a utilização em comum de parceiros e alianças estratégicas, entre outros avanços

Para exemplificar essa nova postura das cooperativas nos anos 90, basta citar casos como a abertura de capital promovida pela COCAMAR (Cooperativa dos Cafeicultores e Agropecuaristas de Maringá) e o acordo firmado entre esta e a COAMO (Cooperativa Agropecuária Mouraoense) para a transferência do excedente da produção de soja desta para processamento pela COCAMAR.

Mesmo com as dificuldades enfrentadas pela falta de políticas governamentais de estímulo, atualmente, e redução do crédito às cooperativas, estas vem conseguindo expandir suas atividades e diversificar a produção. Ao mesmo tempo as cooperativas atuam no estímulo ao aumento da produtividade e à diversificação agropecuária. Vale destacar o exemplo do estímulo ao cultivo da canola pela COCAMAR, voltado à produção de óleos especiais.

Sobre a redução no crédito às cooperativas, o valor dos financiamentos caíram drasticamente, como pode-se observar na afirmação de SUZUKI JÚNIOR (1998, p. 10) *"Segundo o Banco Central, os financiamentos concedidos às cooperativas e aos produtores brasileiros totalizaram R\$ 19,987 bilhões em 1985, enquanto nos anos de 1995 e 1996 as cifras alcançaram, respectivamente, R\$ 7,771 e R\$ 6,792 bilhões"*.

Cumprе, enfim, destacar a importância do sistema cooperativista na organização da cadeia agroindustrial, e na constituição do CAI, como afirma SUZUKI JÚNIOR (1997, p. 3): *"O cooperativismo e os sistemas de integração, exercem um papel importante junto às pequenas propriedades, unindo-as às grandes empresas. Essa forma de associação viabiliza não somente a atividade de pequenos produtores, como também proporciona o fornecimento de matérias-primas em grande escala para as indústrias"*.

5 - A PARTICIPAÇÃO DAS COOPERATIVAS AGROPECUÁRIAS DA MESORREGIÃO GEOGRÁFICA NORTE CENTRAL PARANAENSE NO SEGMENTO AGROINDUSTRIAL

As cooperativas agropecuárias paranaenses têm significativa participação no "agribusiness" paranaense, respondendo por mais de 55% do PIB da agricultura (conforme dados da OCEPAR, 1999, s.n.t.). Além disso, as cooperativas são instrumentos de difusão de tecnologias e de políticas de desenvolvimento do governo, constituindo a ligação entre os produtores rurais e o Estado.

Participando com destaque na produção estadual de soja (63%), trigo (82%), milho (38%), algodão em caroço (80%), leite *in natura* (70%), café em coco (56%), cevada (76%) e na produção animal (aves e suínos), as cooperativas representam elemento dinamizador da economia paranaense. Tal importância é até mesmo estratégica para o desenvolvimento econômico, devido ao nível de organização de suas estruturas, atuando praticamente em todas as regiões e nas mais diversas cadeias produtivas. No segmento agroindustrial, a participação das cooperativas é também considerável como se pode ver nas Tabelas 3 e 4.

TABELA 3 - PARTICIPAÇÃO DOS CINCO MAIORES ESTABELECIMENTOS AGROINDUSTRIAIS DO ESTADO DO PARANÁ NO VALOR ADICIONADO, POR GRUPO INDUSTRIAL - 1983

GRUPO INDUSTRIAL	CLASSIFICAÇÃO	NATUREZA	%	ACUMULADO%
Benef. café, cereais e prod. afins	1	COOP.	10.62	10.62
	2	NÃO-COOP.	7.61	18.23
	3	COOP.	4.97	23.20
	4	COOP.	3.87	27.07
	5	COOP.	2.69	29.76
Fabricação e produção do milho	1	NÃO-COOP.	40.27	40.27
	2	NÃO-COOP.	22.73	63.00
	3	NÃO-COOP.	17.19	80.19
	4	NÃO-COOP.	8.39	88.58
	5	NÃO-COOP.	6.09	94.67
Fabric. de produtos do laticínio	1	COOP.	61.71	61.71
	2	COOP.	9.32	71.03
	3	COOP.	6.26	77.29
	4	COOP.	4.08	81.37
	5	COOP.	2.70	84.07
Fabricação de café e mate solúvel	1	NÃO-COOP.	70.22	70.22
	2	NÃO-COOP.	29.57	99.79
	3	NÃO-COOP.	0.19	99.98
Fabricação de açúcar	1	NÃO-COOP.	60.24	60.24
	2	NÃO-COOP.	18.82	79.06
	3	COOP.	14.97	94.03
	4	NÃO-COOP.	5.95	99.98
	5	NÃO-COOP.	0.00	-
Abate de animais	1	NÃO-COOP.	58.05	58.05
	2	NÃO-COOP.	7.61	65.66
	3	NÃO-COOP.	3.43	69.09
	4	NÃO-COOP.	2.54	71.63
	5	COOP.	2.44	74.07
Produção de óleos em bruto	1	NÃO-COOP.	51.29	51.29
	2	COOP.	13.95	65.24
	3	NÃO-COOP.	11.34	76.58
	4	COOP.	8.66	85.24
	5	NÃO-COOP.	4.41	89.65
Fabricação de rações balanceadas	1	NÃO-COOP.	25.80	25.80
	2	NÃO-COOP.	19.13	44.93
	3	NÃO-COOP.	14.07	59.00
	4	NÃO-COOP.	5.00	64.00
	5	NÃO-COOP.	4.71	68.71
Ref. e prep. de óleos vegetais	1	NÃO-COOP.	25.96	25.96
	2	NÃO-COOP.	20.30	46.26
	3	NÃO-COOP.	12.04	58.33
	4	NÃO-COOP.	10.99	69.29
	55	NÃO-COOP.	10.33	79.62

FONTE: IPARDES (1985, P.220)

TABELA 4 - SEGMENTOS AGROINDÚSTRIAS NO ESTADO DO PARANÁ E PARTICIPAÇÃO DAS COOPERATIVAS - INSTALADAS EM 1988.

Segmento Agroindustrial	Capacidade Total Instalada	Participação das Coop. (%)
⇒ Rações	9.400 t/d	32
- Leite		
- Usina de Beneficiamento	2.500.000 t/d	86
- Derivados Lácteos	500 t/d	52
- Leite em pó	150.000 t/a	100
- Queijos	120 t/d	75
⇒ Carnes		
- Suínos	2.850 cab/h	25
- Aves	99.800 cab/h	25
- Bovinos	1.650 cab/h	3
⇒ Beneficiamento		
- Algodão	1.200.000 t/a	70
⇒ Fiações		
- Algodão	61.000 t/a	55
- Seda	2.420 t/a	28
⇒ Malte	85.000 t/a	100
⇒ Trigo	1.400.000 t/a	14
⇒ Milho	245.161 t/m	2
⇒ Mandioca		
- Farinha	250.000 t/a	5
- Fécula	138.000 t/a	33
⇒ Oleaginosas		
- Esmag. de soja	33.240 t/d	22
- Esmag. car. alg.	1.780 t/d	20
- Refino	2.430 t/d	17
⇒ Cana		
- Açúcar	4.000 t/d	9
- Alcool	1.270.000 m ³ /a	37
⇒ Arroz	5.060 t/d	5
⇒ Café		
- Beneficiamento	950 t/d	60
- Torrefação	220 t/d	10

FONTE: OCEPAR - 1999 (s.n.t.)

A mesorregião Norte Central Paranaense possui onze cooperativas agropecuárias do tipo singular, e praticamente todas elas atuam com alguma forma de agroindustrialização. Algumas são especializadas em produtos específicos, como as de laticínios, enquanto outras conseguem participar de várias cadeias produtivas (o que pode ser observado nas Tabelas 5 e 6).

Dentre essas cooperativas, descritas nas tabelas 5 e 6, destaca-se a COCAMAR, com maior volume de produção e exportações. Com considerável participação na cadeia das oleaginosas, esta cooperativa compete com as grandes empresas do setor extremamente concentrado e de características oligopolísticas como percebemos na afirmação de SUSUKI JÚNIOR (1997, p. 11): "Os cinco maiores grupos empresariais do ramo de esmagamento de soja já respondem por mais da metade da capacidade instalada do setor." Vale dizer que, apenas o complexo soja é responsável pela maior parte das exportações do Estado (ver Tabela 7). Assim as instabilidades no setor afetariam toda a economia paranaense. A presença de cooperativas contribui para melhoras aos produtores.

Convém ressaltar que além das agroindústrias citadas na Tabela 5, as cooperativas agropecuárias, situadas na mesorregião central paranaense, participam de outras atividades agroindustriais, como a fiação de seda (caso da COCAMAR) e indústria de rações (como o

caso da COCARI). Essas cooperativas ainda atuam no fornecimento de sementes, mudas e insumos, participando do CAI a montante agrícola da agricultura. Há alguns casos em que as cooperativas dominam toda a cadeia produtiva, temos o exemplo da sericicultura na qual a COCAMAR produz inclusive o material genético.

TABELA 5 - PRODUÇÃO AGROINDUSTRIAL DAS COOPERATIVAS AGROPECUÁRIAS DO NORTE CENTRAL PARANAENSE EM 1997

COOPERATIVAS (MUNICÍPIO SEDE)											
ABRIGOS/SEMIAS- PRODUÇÃO PRODUTOS	COCAMAR (MARINGÁ)	COLMAR (MARINGÁ)	COCARI (MARINGÁ)	COLORE (MARINGÁ)	COLOP (MARINGÁ)	VALCOOP (MARINGÁ)	INTEGPADA (MARINGÁ)	CATIVA (MARINGÁ)	COCAFE (ANTORGA)	COPECATU (ANTORGA)	COOPVAL (ANTORGA)
BELENÇO (TONDA)	400	-	60	-	28	-	70	-	21	13	-
ENFARMINTO (ANTORGA)	672	-	300	-	140	-	350	-	109	64	-
ELALCO (TONDA)	13.500	-	3.600	-	-	-	7.200	-	-	-	-
BELENÇO (TONDA)	-	-	-	-	10	-	-	-	-	-	-
EMPACOTAMEN- TO (TONDA)	-	-	-	-	10	-	-	-	-	-	-
TORRESCAO (TONDA)	11	-	-	-	8	-	0	-	-	-	-
BELENÇO (TONDA)	240	-	-	-	45	-	258	-	-	30	-
MOAGEM (TONDA)	2.500	-	3.500	-	4.200	-	-	-	3.000	2.300	6.000
BOULABRA (LETOBRO)	170.000	-	300.000	-	200.000	-	-	-	250.000	150.000	300.000
ACTUAR (TONDA)	-	-	-	-	32.500	-	-	-	-	23.000	-
PANTU REZUA D (LETOBRO)	-	70.000	-	80.000	-	-	-	120.000	-	-	-
EMPACOTAMEN- TO (LETOBRO)	-	40.000	-	40.000	-	-	-	50.000	-	-	-
DELEON (TONDA)	-	3	-	2	-	-	-	60	-	-	-
MANTEIGA (TONDA)	-	-	-	1	-	-	-	2	-	-	-
MOAGEM (TONDA)	350	-	-	-	200	-	-	-	100	-	-
PECUELA (TONDA)	80	-	-	-	50	-	-	-	25	-	-
PARABIA (TONDA)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ENFARMINTO (TONDA)	1.500	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PARABIA (TONDA)	1.200	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
BELENÇO (TONDA)	200	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

FONTE: OCEPAR - 1998

TABELA 6 - PARTICIPAÇÃO DAS COOPERATIVAS AGROPECUÁRIAS DO NORTE CENTRAL PARANAENSE 1997

COOPERATIVA	IN NATURA		AGROINDUSTRIALIZADA		TOTAL (EM R\$)	EXPORTAÇÕES (EM US\$ FOB)
	(EM R\$)	(%)	(EM R\$)	(%)		
COCAMAR	57.216.000	3,45	215.040.000	15,50	272.256.000	54.751.086
COLMAR	4.554.975	0,27	1.095829	0,08	5.650.804	0
COCARI	33.073.310	1,99	34.905.562	2,52	67.978.872	916.965
COLARI	0	0,00	7.157.039	0,52	7.157.039	0
COROL	83.612.185	5,04	31.248.702	2,25	114.860.887	2.510.324
VALCOOP	33.563.524	2,02	0	0,00	33.563.524	354.084
INTEGPADA	83.435.602	5,03	33.455.043	2,41	116.890.645	0
CATIVA	119.000	0,01	30.116.689	2,17	30.235.689	130.850
CACAFE	19.306.664	1,16	19.524.758	1,41	38.831.422	0
COFERCATU	15.255.135	0,92	21.312.317	1,54	36.567.452	0
COOPerval	4.400.000	0,27	20.732.904	1,49	25.132.904	0

FONTE: OCEPAR - (1998, p.37)

TABELA 7 - EVOLUÇÃO PORCENTUAL DAS EXPORTAÇÕES TOTAIS E DO COMPLEXO SOJA NO ESTADO DO PARANÁ - 1989-1995

ANO	COMPLEXO SOJA ⁽¹⁾ (US\$ MIL FOB)	VARIAÇÃO (%)	PART. NAS EXPORTAÇÕES (%)	EXPORTAÇÕES TOTAIS (US\$ MIL FOB)	VARIAÇÃO (%)
1989	1.096.577	-	56,73	1.932.988	-
1990	845.877	-22,86	45,56	1.856.684	-3,95
1991	712.973	-15,71	39,45	1.807.229	-2,66
1992	859.931	20,61	40,75	2.110.019	16,75
1993	980.329	15,00	39,38	2.489.469	17,98
1994	1.480.957	51,07	42,23	3.506.749	40,86
1995	1.532.955	3,51	42,97	3.567.346	1,73

FONTE: DOS DADOS BRUTOS: MICT/SECEX

(1) COMPREENDE FARELO DE SOJA, SOJA EM GRÃO E ÓLEO DE SOJA EM BRUTO.

ORGANIZAÇÃO: WOSCH, (1996, p. 16)

Atuando em associação, as cooperativas implantaram grandes empreendimentos agroindustriais. Destacam-se a COOPERFIOS, voltada à produção de fios de algodão, e a SEALCOOP que beneficia sementes de algodão; nesse caso há a participação também a montante da agricultura (MORO, 1991, p. 248). Fora da região Norte Central Paranaense existem outras associações como por exemplo a CALCOOP, em Araucária, voltada à produção de calcário.

Nos últimos anos, setores como o de laticínios sofreram um período de crise, um dos fatores determinantes foi a concorrência com o produto importado que conseguia preços inferiores devido a subsídios nos seus países de origem e ainda uma alta produtividade com, muitas vezes qualidade superior ao nacional. É preciso lembrar que na cadeia do leite, a participação do cooperativismo não encontra paralelos em outros Agronegócios, como afirmam PINAZZA e ALIMANDRO (1998, p. 10): *"O setor administra 50% da produção de leite tipo C sob inspeção federal; 80% da produção de leite tipo B; 30% do leite longa vida integral; 75% do leite longa vida desnatado; 25% do leite em pó desnatado; 35% da produção de manteiga; 40% da produção de outros lácteos"*.

Esse quadro corre o risco de ser ofuscado pelas exigências de qualidade e produtividade impostas pela abertura comercial. É cada vez maior a participação de empresas multinacionais no setor. Na região analisada, as cooperativas que atuam na área de laticínios (COLARI, COLMAR e CATIVA) também sentem os reflexos da crise, sendo a parceria entre elas uma forma utilizada para enfrentar os desafios e se manterem no mercado, consolidando seu espaço econômico e encontrando novas formas de financiamento em conjunto para modernização do parque industrial e até mesmo o lançamento de novos produtos.

Sobre a parceria entre as referidas cooperativas de laticínios, estas uniram-se num empreendimento adquirindo a CONFEPAR (Cooperativa Central Agropecuária Ltda) com sede em Londrina, onde centralizaram a produção industrial. Sobre esse assunto é interessante observar a afirmação do presidente da COLARI, Renato José Beleze, em entrevista¹⁰ publicada em 26/07/1999: *"Quatro cooperativas compraram a CONFEPAR: COLARI, CENTRALNORTE¹¹, CATIVA E COLMAR. A CONFEPAR é uma indústria moderna, colhe 650 mil litros de leite por dia. Fabrica queijo, doce de leite e leite em pó. Enfim, é uma indústria que garante a qualidade. E hoje, quem não tem qualidade está morto. Desativamos nossa indústria, defasada e ultrapassada e investimos na CONFEPAR."*

¹⁰ GAZETA REGIONAL, Mandaguari, 24 jul., 1999, p.9.¹¹ Cooperativa Central Agropecuária do Paraná, com sede em Apucarana, conforme OCEPAR (1998, p. 56).

O caso da COLARI ilustra bem a profunda reestruturação que passam várias cooperativas. Ela iniciou o ano de 1997, com 1372 associados (OCEPAR, 1998, p. 29) e chegou a 1999 com cerca de 600, segundo o próprio presidente (na entrevista mencionada anteriormente). Tal fato é derivado da exigência da instalação de resfriadores de leite pelos associados, com a qual a cooperativa acabou por fazer uma rígida seleção de cooperados, pois somente os que tiveram condições financeiras de adquirir os equipamentos permaneceram. Uma solução encontrada tem sido a instalação de resfriadores coletivos. Houve ainda nessa cooperativa uma enorme redução no quadro de funcionários com a desativação de unidades industriais. E, conforme o referido presidente, a COLARI investiu 700 mil reais na CONFEPAR.

Já o caso da cadeia suco-alcooleira, esta também atravessa dificuldades. A acentuada queda nos preços, que sofre constantes variações, devido ao grande volume produzido e estocado, desestimula a produção. As cooperativas que atuam nesse setor dependem cada vez mais de políticas públicas de estímulo. Quando há uma cooperativa especializada na cana-de-açúcar, como é o caso da COOPERVAL, esta tem muito mais sensibilidade às crises do setor.

À parte das questões conjunturais de cada cadeia agroindustrial¹² é essencial enfatizar a diferença entre a agroindústria cooperativa e as outras agroindústrias, que tornam-se evidentes quando comparadas as estratégias e os impactos sobre o desenvolvimento regional, as rendas dos agricultores e a geração de empregos (KONZEN, 1998, p. 111). Na busca de lucros, estas empresas de capital têm uma tendência de selecionar seus fornecedores com nível tecnológico elevado e com grande escala de produção, desse modo estes fornecedores são escolhidos e em número mais reduzido. Porém, é cada vez mais freqüente a adoção de estratégias semelhantes por parte de cooperativas, como o exemplo da COLARI. Conseqüentemente, a redução de emprego e exclusão de parte da população rural atinge também as empresas cooperativas.

Por outro lado, as empresas cooperativas, sendo eficientes do ponto de vista gerencial e mercadológico, possuem um diferencial que está nos objetivos, em que as cooperativas buscam atender também o interesse dos associados. Como observa KONZEN (1998, p. 112): "Esta empresa opera em duas dimensões: Quando as operações são realizadas com os associados, o objetivo passa a ser a maximização dos benefícios às economias deles; quando as operações se realizam com terceiros, rege-se a cooperativa pelos mesmos objetivos empresariais de maximização de resultados como as demais empresas. Logo, a economia empresarial cooperativa está situada dentre as economias particulares e o mercado."

O papel de cada cooperativa, diante de seus associados de favorecê-los com a agregação de valor ao longo da cadeia agroindustrial, reflete no espaço regional em termos de desenvolvimento. Esse caráter transformador do cooperativismo vai além de seu papel funcional na economia capitalista, tornando-se também um agente de mudança social (TAVARES, 1985, p. 4), obviamente respeitando as limitações destas transformações.

Na mesorregião Norte Central Paranaense, os reflexos são perceptíveis, através da dinamização da economia dos municípios envolvidos, geração de empregos e um crescimento sócio-econômico. Em certos casos, a cooperativa pode representar a única alternativa econômica de um pequeno município. A articulação entre as cooperativas pode promover, do ponto de vista estratégico, resultados mais eficientes para o crescimento, ou mesmo sobrevivência, de uma ou de todo o conjunto de cooperativas.

¹² A respeito das ações públicas nas cadeias produtivas no Paraná, recomenda-se ler: PARANÁ. Governo do Estado. Estudo das Cadeias Produtivas do Agronegócio Paranaense. Curitiba, 1997, vol. 1: Proposta de Ação Integrada - Documento Executivo. SEAB- IAPAR- EMATER, s. n. 1.

As cooperativas funcionam como um elemento de propulsão econômica e como agentes transformadores do espaço agrário e regional, seja promovendo a integração econômica de produtores ao CAI, seja orientando e organizando a introdução de novos cultivos através da diversificação.

Por outro lado, o surgimento de novas agroindústrias viria incrementar as economias municipais, gerando maiores valores de renda e arrecadação fiscal. Estímulos do governo federal com o financiamento de agroindústrias coletivas a pequenos produtores, contribuiriam para um impulso econômico dos municípios. Mas o fortalecimento das cooperativas existentes têm importância crucial para o crescimento de regiões, como o Norte paranaense. A valorização das cooperativas, enquanto veículos de transformação sócio-econômica, também deve ser considerada. *"A condição necessária é de que a cooperativa permaneça como referência garantindo a orientação, o controle e o poder dos seus produtores. A adaptação estrutural é feita de modo que o poder da cooperação agrícola – assentado nos ideais coletivistas – permaneça o poder de orientação para o desenvolvimento industrial"* (BERNARDO, 1998, p. 106).

Para que se possa obter uma compreensão melhor da atuação das cooperativas, via agroindústria, na transformação e organização dos espaços regionais, somente estudos mais aprofundados e específicos de cada cooperativa redundariam numa avaliação mais consistente. Ao investigar os resultados sócio-econômicos da ação de uma cooperativa, deve-se considerar os *atores sociais*, as forças e os interesses presentes. Assim, serão perceptíveis os agentes organizadores do espaço e identificados os produtos desta ação. Portanto são de suma importância pesquisas de campo e estudos de casos concretos.

6-CONSIDERAÇÕES FINAIS

A articulação das cooperativas agropecuárias no Paraná (e no Brasil) dentro do conjunto do Complexo Agroindustrial tem uma forma própria de estruturação dos espaços regionais. Estas, assim, também fazem parte das variáveis presentes nas atividades humanas que modificam a organização espacial.

"A transformação do todo -que é uma integral- em suas partes -que são as suas diferenciais- dá-se, também, por uma distribuição ordenada no espaço, dos impactos do todo, por meio de suas variáveis. As ações não se localizam de forma cega, os homens também não. O mesmo se dá com as instituições e infraestruturas. É esse o próprio princípio da diferenciação entre lugares, produzindo combinações específicas em que as variáveis do todo se encontram de forma particular" (SANTOS, 1997, p. 100).

O Complexo Agroindustrial, como uma nova concepção entre o espaço agrário moderno e as atividades industriais integradas a este, enquadra as cooperativas agropecuárias num elemento de ação sócio-econômica. No Paraná, a força do *agribusiness* cada vez mais tecnificado, perde um pouco do seu vigor quando reduz-se o grau de processamento de matérias-primas agropecuárias no Estado, com esse potencial de agregação transferido para outros estados. *"Esse fenômeno pode ser comprovado também pela rápida diminuição do peso relativo da agroindústria no papel industrial do Estado em favor de alguns ramos da metal-mecânica antes mesmo do funcionamento do parque automotivo, constituído pelas montadoras e fornecedores diretos"* (LOURENÇO, 1998, p. 5). Mas novos investimentos no setor, muitos liderados por cooperativas, projetam um crescimento da agroindústria, principalmente alimentícia.

O Norte Central Paranaense, que incorpora o eixo entre Londrina e Maringá, é um espaço representativo da estruturação do Complexo Agroindustrial no Estado. A via

cooperativista tem conseguido a inclusão de pequenos e médios produtores na participação dentro do CAI, seja comercializando, seja industrializando a produção.

Nesse contexto, a atuação conjunta e de forma integrada das cooperativas, além de fortalecer a posição das mesmas, contribui para uma elevação da renda dos produtores. Dessa maneira são responsáveis por uma transformação social, apesar de que em muitos casos os grupos sociais dominantes dentre os associados (grandes produtores) são os maiores beneficiados (VILELA, 1998, p. 309). Porém, apenas a garantia de um ganho maior, o que seria de forma isolada, e uma renda mínima acima da média ajudaria na composição, ao menos amenizada, de uma condição social melhor. Tal aspiração continuará sendo uma meta do cooperativismo ainda que se alterem seus princípios doutrinários¹³.

Dentro de uma realidade de dominância de empresas monopólicas, o Complexo Agroindustrial tem na agroindústria cooperativada um fator de equilíbrio na participação de produtores, que de explorados passam a ser participantes nos resultados. Enfim, como afirma PINHO (1977, p. 169): "...as vantagens que obtém (principalmente da somatória de recursos financeiros e da redução de custos operacionais) compensam amplamente os direitos a que renunciaram (autonomia de decisão, status de produtor autônomo, etc)."

8 – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES, E., 1988. *A Agroindústria e os Agricultores*. Brasília. Codevasf – Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco.
- ARAÚJO, N. B., 1990. Reflexões sobre o Complexo Agroindustrial. *Anais do XXVIII Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural*. Brasília, p. 236-257.
- ASSUMPÇÃO, A. G. de; GALINA, L. A. e CONSONI, R., 1991. *Expansão Agroindustrial e Transformações Agrícolas na Região de Maringá* – Centro de Estudos Sócio-econômicos – Departamento de Economia.
- _____, 1990. Mudanças no Padrão de Desenvolvimento Agroindustrial: O caso do Norte do Paraná. *Rev. de Economia e Sociologia Rural*. Brasília, 28/4 133-142.
- BERNARDO, E. E. R., 1998. Repensando o Cooperativismo Agrícola. *Anais da 6ª Reunião Especial da SBPC* – Sociedade Brasileira Para o Progresso da Ciência, Maringá, SBPC – Universidade Estadual de Maringá, 105-109, out.
- BRANDENBURG, A. e FERREIRA, A. D., 1995. Os Agricultores e suas Estratégias: A Relação Contratual com as Agroindústrias. *Rev. de Economia e Sociologia Rural*. Brasília, 33/3, 63-82.
- BRASIL, Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, 1989. *Boletim de Serviço*, suplemento 1763, ano XXXVIII, Rio de Janeiro.
- CANCIAN, N. A., 1981. *Cafecultura Paranaense – 1900/1970*. Curitiba. Grafipar.
- CARVALHO, J. M.; BRITO, M. J. e PEREIRA, V. G., 1993. O Cooperativismo e a Dinamização Tecnológica e Empresarial da Agricultura Brasileira. *Caderno de Administração Rural*. Lavras, 5(1-2), 39-50.
- FLEISHFRESSER, V., 1988. *Modernização Tecnológica da Agricultura: Contrastes Regionais e Diferenciação Social no Paraná na década de 70*. Concitec – IPARDES, Livraria do Chain.

¹³ Sobre a reformulação dos princípios doutrinários cooperativistas, ver BERNARDO (1998, p. 108-109).

- FLEURY, M. T. L., 1983. *Cooperativas Agrícolas e Capitalismo no Brasil*. São Paulo. Global.
- FURTUOSO, M. C. O.; BARROS, G. S. e GUILHOTO, J. J. M., 1995. O Produto Interno Bruto do Complexo Agroindustrial Brasileiro. *Rev. de Economia e Sociologia Rural*. Brasília, 33/3: 9-23.
- GRAZIANO DA SILVA, J., 1996. *A Nova Dinâmica da Agricultura Brasileira*. Campinas. Ed. da Unicamp.
- _____, 1982. *A Modernização Dolorosa: Estrutura Agrária, Fronteira Agrícola e Trabalhadores Rurais*. Rio de Janeiro. Zahar.
- GUIMARÃES, A. P., 1979. *A Crise Agrária*. Rio de Janeiro. Paz e Terra.
- HESPAÑHOL, A. N. e COSTA, V. M. H. M., 1995. A Importância das Cooperativas no Processo de Modernização da Agricultura Paranaense. *Boletim de Geografia Teorética*. Rio Claro, 25(49-50): 373-384.
- IPARDES – Fundação Edison Vieira, 1985. *Agroindústria e Cooperativas no Paraná*. Curitiba. Convênio: PNUD/FAO/BRA.
- _____, 1985. *Caracterização da Indústria Agroalimentar no Paraná*. Curitiba.
- _____, 1974. *Estudo de Integração de Pólos Agroindustriais do Paraná: Primeira Fase, Levantamentos e Estudos Iniciais – Resumo*. Curitiba.
- KAGEYAMA, A. (coord.), 1987. *O Novo Padrão Agrícola Brasileiro: do Complexo Rural aos Complexos Agroindustriais*. Brasília, IPEA.
- KONZEN, O. G., 1998. O Cooperativismo Agroindustrial Perante o Desafio da Agricultura Hoje. *Anais da 6ª Reunião Especial da SBPC – Sociedade Brasileira Para o Progresso da Ciência*. Maringá, SBPC – Universidade Estadual de Maringá, 109-113, out.
- LAUSCHNER, R., 1993. *Agribusiness, Cooperativa e Produtor Rural*. São Leopoldo. Ed. Unisinos.
- _____, 1984. Agroindústria Cooperativada, in: *Tipologia Cooperativa – Manual de Cooperativismo*. Brasília, CNPq, 76-94.
- LEÃO, I. Z. C. C., 1989. *O Paraná nos anos setenta*. Curitiba. Iparde – Concitec.
- LEITE, S., 1990. Estratégias Agroindustriais, Padrão Agrário e Dinâmica Intersetorial. *Rascunho*, UNESP/Araraquara, 7: 1-54.
- LOURENÇO, G. M., 1998. *Cenários do Agronegócio no Paraná: Restrições e Oportunidades. Análise Conjuntural*. Curitiba, 20: (7-8), 3-9.
- MEDEIROS, N. H., 1997. O Mercado Agroindustrial Cooperativo Norte-Paranaense e o (Novo) Padrão Competitivo da Década. *Texto para Discussão nº 32*, Maringá. Departamento de Economia – Universidade Estadual de Maringá, out.
- MORO, D. A., 1998. Desenvolvimento Econômico e Dinâmica Espacial da População no Paraná Contemporâneo. *Boletim de Geografia*. Maringá. 15 (1): 2-54.
- _____, 1991. Substituição de Culturas, Modernização Agrícola e Organização do Espaço Rural no Norte do Paraná. Tese de Doutorado apresentada ao Instituto de Geociências e Ciências Exatas da Universidade Estadual Paulista "Júlio Mesquita Filho" – Câmpus. Rio Claro.
- MÜLLER, G., 1989. As Relações Micro-Macro e Indústria-Agricultura: O Poder Econômico e a Pesquisa em Ciências Sociais. *Rascunho*, 1, Araraquara, 1-53, jun.
- _____, 1990. Observação Sobre a Economia Política da Agricultura Brasileira. *Rascunho*, 14, Araraquara, 1-65, dez.

- _____. 1981. *O Complexo Agroindustrial Brasileiro*. São Paulo. Escola de Administração de Empresas de São Paulo – Fundação Getúlio Vargas.
- OCEPAR – SINDICATO E ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS DO ESTADO DO PARANÁ, 1998. *Banco de Dados Cooperativista*, v.22: Agropecuário, Crédito, Eletrificação. Curitiba, Emater – Ocepar.
- _____. 1990. *Cooperativismo e Agroindústria no Paraná*, 2ª Edição (revista e ampliada). Curitiba.
- _____. 1999. *Cooperativismo Agropecuário e Paranaense*. Curitiba (Folheto).
- _____. 1997. *Projeto de Investimento Agroindustrial das Cooperativas do Paraná*. Curitiba.
- PAULA, N. M. de, 1997. As transformações no Agribusiness no Contexto da Globalização. *Rev. Paranaense de Desenvolvimento Econômico*. Curitiba, nº 91, 33-47.
- PEREIRA, L. B., 1995. A Análise da Estrutura Produtiva e do Desempenho da Agroindústria Paranaense: Período 1970-85. *Rev. de Economia e Sociologia Rural*. Brasília 34/2: 31-49.
- PINAZZA, L. A. e ALIMANDRO, R., 1998. *Novos Tempos*. Agroanalysis. São Paulo, 18/6: 10-17, jun.
- PINHO, D. B., 1977. *Economia e Cooperativismo*. São Paulo. Ed. Saraiva.
- ROCHA, M. M., 1977. Complexo Industrial. *Rev. Unimar*, Maringá, 12 (2): 237-242, outubro.
- SANTOS, M., 1997. *A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção*. São Paulo. HUCITEC, 2ª Ed.
- _____. 1997. *Metamorfoses do Espaço Habitado*. São Paulo. HUCITEC, 5ª Ed.
- SERRA, E., 1995. Um Pouco de História do Cooperativismo Agrícola no Paraná. *Boletim de Geografia*. Maringá. 13: 55-62. out.
- SIFFERT Fº, N. e FAVERET Fº, P., 1998. O Sistema Agroindustrial de Carnes: Competitividade e Estruturas de Governança. *Rev. do BNDES*. Rio de Janeiro, v. 5, 10: 265-297, dez.
- SUZUKI JR, J. T., 1998. Considerações Sobre o Censo Agropecuário 1995/1996 – Paraná. *Análise Conjuntural*, Curitiba, v. 20, nº 7-8: 9-11.
- _____. 1997. O Agribusiness no Contexto Nacional e Estadual. *Análise Conjuntural*, Curitiba, v. 20, nº 11-12: 9-11.
- _____. 1997. Os Rumos da Agroindústria. *Análise Conjuntural*, Curitiba, v. 19, nº 9-10: 8-9.
- TAVARES, M., 1985. Cooperativismo no Norte do Paraná: Um estudo de caso (abordagem econômica). Londrina. *Relatório de Pesquisa*, Universidade Estadual de Londrina – Departamento de Economia.
- URBAN, M. L., 1990. Os Novos Rumos da Agroindústria. *Análise Conjuntural*, Curitiba, v. 12, nº 2: 1-3.
- VILELA, N. J., 1998. Fatores Desfavoráveis ao Desenvolvimento do Cooperativismo no Brasil. II Seminário Agropecuário do Acre – *Anais, Embrapa* – Ministério da Agricultura – UEPAE. Rio Branco, 301-310.
- WOSCH, L. F. O. 1996. O papel marcante do Complexo Soja nas exportações paranaenses. *Análise Conjuntural*, Curitiba, v. 18, nº 7-8: 15-17.